

ATA NÚMERO 229/XII (4.ª)

No dia um do mês de julho de 2015, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10H15mn:

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

- a) Apreciação e votação do parecer sobre o regime de incompatibilidades ou impedimentos solicitado pelo Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP):

Relator: Deputado Paulo Almeida (CDS-PP);

- b) Apreciação e votação do parecer sobre o pedido de renúncia de mandato da Deputada Cecília Honório (BE), com efeitos a partir de 01 de julho de 2015, inclusive;

- c) Apreciação e votação do parecer sobre o pedido de renúncia de mandato da Deputada Maria Ester Vargas (PSD), com efeitos a partir de 01 de julho de 2015, inclusive;

- d) Nomeação de relator para elaboração do parecer sobre o pedido de levantamento da imunidade parlamentar do Senhor Deputado Miguel Macedo (PSD);

Relator: Deputado (PSD);

- e) Nomeação de relator para elaboração do parecer relativo ao pedido do Partido da Terra sobre a perda de mandato do Eurodeputado Marinho e Pinto.

10H30mn:

2 — Audição da Presidente do Conselho de Administração da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA, Dr.^a Teresa Marques

11H30 mn:

3 — Apreciação e votação do parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Agenda Europeia da Migração - COM(2015) 240:

Relator: Deputado (PS);

4 — Fixação da redação final relativa ao projeto de lei n.º 506/XII (3.^a) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.



Por se tratar de matéria relativa ao Estatuto dos Deputados, os assuntos constantes do primeiro ponto da Ordem do Dia foram tratados à porta fechada.

Foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

De seguida, o Senhor Presidente deu início à audição da Presidente do Conselho de Administração da LUSA, Agência de Notícias de Portugal, SA, Teresa Marques, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Informou igualmente que a audição se iniciaria com uma exposição inicial da Presidente do Conselho de Administração da LUSA, a quem deu de seguida a palavra e que pode ser consultada [aqui](#).

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Rosa Arezes e Adelaide Canastro (PSD), Inês de Medeiros (PS) e José Moura Soeiro (BE).

A Senhora Deputada Rosa Arezes (PSD) debruçou-se sobre as conversações havidas entre o Governo e a administração da LUSA acerca das linhas orientadoras daquilo que pode vir a ser o novo contrato de concessão de serviço público e a necessidade de garantir à empresa e aos seus trabalhadores uma maior estabilidade para que possam desenvolver o seu trabalho nas melhores condições; referiu-se igualmente à necessidade de continuar a investir na sustentabilidade financeira da empresa, reduzindo as despesas, perguntando se no âmbito da discussão do novo contrato de concessão foi discutida ou levantada a hipótese de poderem ser feitos alguns despedimentos. Tendo em consideração a aposta prioritária do Governo e do atual Conselho de Administração da LUSA quanto a alguns aspetos relativos à internacionalização e ao desenvolvimento digital da empresa, perguntou o que estava a ser equacionado neste domínio e quais as grandes dificuldades e prioridades com que a LUSA se tem confrontado nos últimos tempos.

A Senhora Deputada Adelaide Canastro (PSD) referiu-se ao relatório de contas da LUSA de 2014, onde se pode constatar que as notícias distribuídas pelo serviço de texto foram substancialmente superiores às de 2013, o que é extremamente relevante na medida em que durante esse período de tempo houve uma redução de pessoal na empresa. Disse também ser de salientar que no resultado dos inquéritos de opinião levados a cabo pela LUSA pode-se constatar que há uma percentagem muito significativa de pessoas que diz estar muito satisfeito com o trabalho prestado pela agência. Para terminar a sua intervenção, perguntou como é que o Conselho de Administração da LUSA pensa ultrapassar o défice existente, se aumentando a indemnização compensatória ou procurando outros rendimentos, designadamente a venda de bens da empresa.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) começou por dizer que não podia deixar de salientar o facto de até 2010-2011 a LUSA ter resultados positivos e que com o novo contrato de concessão a situação ter-se invertido totalmente e que o Grupo Parlamentar do PS tem vindo a chamar sistematicamente a atenção não só para o corte cego de 30%, provocando sérios problemas na empresa, como também para o fator de correção. Nesse sentido, perguntou à Senhora Presidente do Conselho de Administração da LUSA o que era para si prioritário, se reforçar o papel dos privados ou o papel do Estado, se fazer uma redução do corte de 30% ou uma redução do fator de correção. Acrescentou igualmente que a diminuição de recursos humanos está a enfraquecer a área de influência da LUSA e as suas diversas correspondências. Se a empresa

não tem escala para poder fornecer os seus clientes e se diminui demasiado a sua penetração, tanto a nível nacional como internacional, então é a sua própria missão que poderá estar em risco. Abordou a importância da presença da LUSA nos mercados mais relevantes para Portugal e perguntou se era ou não verdade que a agência estava a vender o seu património, designadamente as instalações em Macau e Timor.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) referiu-se à assinatura do novo contrato de concessão, à necessidade de reforço e de expansão dos serviços da LUSA e à opção que irá ser feita pelo Conselho de Administração da empresa de aumentar ou as receitas próprias ou a indemnização compensatória. Disse também ser imperioso reforçar a internacionalização da empresa e o seu desenvolvimento digital. Perguntou para quando o concurso para o novo delegado de Macau e se já existia uma definição daquilo que devem ser os critérios e objetivos necessários para o recrutamento de delegados através da definição de perfil de cada função.

A Senhora Presidente do Conselho de Administração da LUSA respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito, designadamente, que a palavra despedimento não fazia parte do próximo triénio, que este Conselho de Administração não iria apresentar qualquer tipo de proposta de redução de pessoal, antes pretendendo expandir a empresa, não a reduzindo; que o corte de 31,3% da indemnização compensatória para o atual triénio 2013-2015 não causou despedimentos, mas levou à abertura de um programa de rescisões, usado por 24 trabalhadores; que deve ser reforçada a posição internacional da LUSA através da criação de plataformas regionais; que a LUSA tem de estar presente na Ásia e não só em Macau, porque essa zona vai conhecer uma expansão com grande importância para as comunidades portuguesas; que tem de haver uma forte aposta no investimento no digital; que a agência de notícias vai precisar de criar mais receitas próprias, o que só vai ser possível se houver uma alteração na estrutura acionista da empresa; que houve um aumento das notícias porque as novas tecnologias permitem uma produção muito mais rápida; que o fator de correção não se irá repetir no próximo triénio e que a LUSA está a pensar vender as suas instalações de Macau (mas não as de Timor).

O Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://media.parlamento.pt/videos->



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150701cpecc.wmv razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando no período da Ordem do Dia, e depois de transmitir a todos os Senhores Deputados que o Grupo Parlamentar do PS tinha solicitado o adiamento da discussão e votação do parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Agenda Europeia da Migração, o Senhor Presidente submeteu à apreciação da Comissão a redação final do texto que «Regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social e altera a Lei de Imprensa, a Lei da Televisão e a Lei da Rádio» (projeto de lei n.º 506/XII (3.ª), que foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Sublinha-se também terem sido aceites, por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes, as sugestões de aperfeiçoamento do estilo do texto em causa constantes da Informação n.º 89/DAPLEN/2015.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150701_3.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 12 horas e 05 minutos.

Palácio de São Bento, 1 de julho de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

Clara Marques Mendes

Inês de Medeiros

José Moura Soeiro

Maria da Conceição Caldeira

Paulo Almeida

Pedro Delgado Alves

Pedro Lynce

Raúl de Almeida

Rosa Arezes

Sandra Pontedeira

Sérgio Azevedo

Adelaide Canastro

João Figueiredo

João Lobo

Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Isabel Oneto

Jacinto Serrão

Joana Barata Lopes

João Portugal

João Ramos

Lídia Bulcão

Paula Gonçalves

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal

Mónica Ferro

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 15/07/2015.